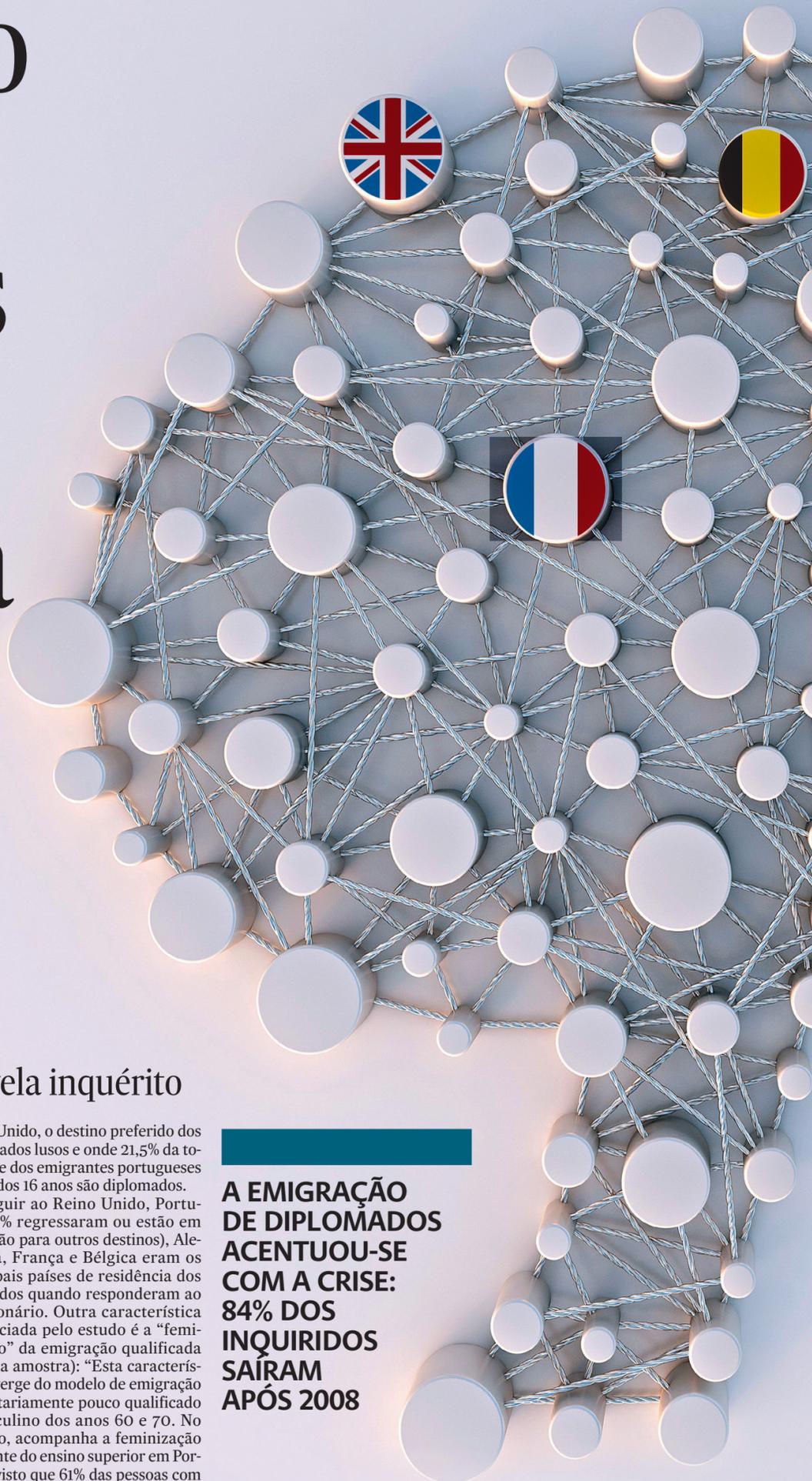


SOCIEDADE EMIGRAÇÃO

Fuga de cérebros Antes da partida, 73% ganhavam até €1000. Agora, 55% já recebem mais do dobro

Rendimento de jovens qualificados dispara após a saída



Mestres e doutores estão em maioria, revela inquérito

Textos ISABEL LEIRIA

Ainda estão por apurar os efeitos que o aumento da emigração verificada nos últimos anos em Portugal, em particular por parte dos mais qualificados, irá ter sobre o país. Mas não há dúvida de que para os próprios a decisão de partir trouxe, regra geral, benefícios inegáveis em termos de carreira, estabilidade e rendimento.

É pelo menos isso que mostra um inquérito a 1011 portugueses detentores de um diploma de ensino superior que, à data do questionário (entre maio e outubro de 2014), estavam a trabalhar ou a residir noutro país europeu ou que o tivessem feito nos seis anos anteriores.

De acordo com os dados apurados por investigadores das universidades de Coimbra, Lisboa e Porto no projeto Bradramo (Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe/ Êxodo de competências e mobilidade académica de Portugal para a Europa), mais de um terço dos inquiridos (36%) estavam sem emprego antes da partida. Após a emigração, o valor caiu para os 3,8%. E a maioria passou a receber bastante mais.

Mesmo sabendo que o nível de vida nos países de destino pode ser mais alto, as diferenças salariais antes e após a partida são assinaláveis. Entre as 1011 pessoas que compõem a amostra, 31% não tinham qualquer rendimento e 42% ganhavam menos de mil euros. Apenas 1% conseguia mais de três mil euros. Após a partida, 55% passaram a auferir mais de dois mil euros mensais líquidos. E

26,5% saltaram para um rendimento superior a três mil euros.

De igual forma, sobe a percentagem dos que consideram que o trabalho que passou a ser exercido é mais compatível com a formação académica recebida e também a estabilidade contratual: os contratos por tempo indeterminado duplicam com a saída e a percentagem de recibos verdes ou equivalente é três vezes mais baixa.

Mais jovens e mais mulheres

São muitos os dados apurados pelo projeto Bradramo, coordenado por Rui Gomes, que permitem caracterizar a emigração qualificada portuguesa. A amostra foi selecionada a partir de contactos com organizações e pessoas que serviram de intermediários por conhecerem as características pretendidas nos emigrantes a inquirir (amostra intencional), explica o investigador da Universidade de Coimbra.

Não terá sido difícil encontrar voluntários, já que a emigração de pessoas com habilitação académica superior subiu muito nos últimos anos. De acordo com os dados mais recentes do Observatório da Emigração, o número duplicou (de 78 mil para 160 mil) entre 2001 e 2011, com o peso dos diplomados no total da emigração portuguesa para países da OCDE a passar de um valor relativo de 6,8% para 11% nesse período.

“Se considerarmos este último valor, estima-se que no período 2011-2013 o fluxo da emigração qualificada tenha atingido um valor de cerca de 40 mil sujeitos. No entanto, se observarmos as estatísticas de alguns dos principais países recetores da emigração portuguesa, verificamos que este número surge subavaliado”, notam os autores, dando o exemplo do

Reino Unido, o destino preferido dos diplomados lusos e onde 21,5% da totalidade dos emigrantes portugueses acima dos 16 anos são diplomados.

A seguir ao Reino Unido, Portugal (14% regressaram ou estão em transição para outros destinos), Alemanha, França e Bélgica eram os principais países de residência dos inquiridos quando responderam ao questionário. Outra característica evidenciada pelo estudo é a “feminização” da emigração qualificada (54% da amostra): “Esta característica diverge do modelo de emigração maioritariamente pouco qualificado e masculino dos anos 60 e 70. No entanto, acompanha a feminização crescente do ensino superior em Portugal, visto que 61% das pessoas com um grau superior são mulheres. Por conseguinte, a emigração qualificada tende a seguir o movimento de feminização do ensino superior, embora com uma ligeira sub-representação”, explica Rui Gomes.

Quanto às idades é evidente a “juventude” deste fenómeno, com 90% dos inquiridos a terem menos de 39 anos. E entre os que partem, as qualificações são também cada vez mais altas: 43% têm um mestrado, 22% são doutorados e 9% concluíram uma pós-graduação. Ou seja, sobram cerca de 25% apenas com o grau de licenciado.

Para os autores, estes dados mostram como a emigração qualificada “tem acentuado a saída de jovens com qualificações elevadas e especializadas”. Até porque, notam, esta composição da emigração qualificada (75% com estudos pós-graduados) corresponde a uma clara sobrerrepresentação da população residente em Portugal com mestrado e doutoramento: 11,4% e 1,7%, respetivamente, entre os diplomados até aos 44 anos.

A EMIGRAÇÃO DE DIPLOMADOS ACENTUOU-SE COM A CRISE: 84% DOS INQUIRIDOS SAÍRAM APÓS 2008

Por áreas, a maioria dos emigrantes qualificados é diplomada em ciências, matemáticas e informática: corresponde a um terço da amostra.

Outro número que resulta do estudo e que mostra como este é um fenómeno que se acentuou muito com o deflagrar da crise económica é o facto de 84% da amostra terem saído de Portugal a partir de 2008 (e sobretudo após 2011). No cenário da emigração em geral o ano de 2008 foi o grande ‘detonador’: mais de 20 mil novos emigrantes permanentes, contra menos de oito mil no ano anterior, segundo dados compilados pela Pordata.

Regresso pouco provável

Se as razões profissionais (carreira, realização) e económicas (melhores salários, desemprego) são as mais apontadas como justificação para a emigração, a maioria dos inquiridos não parece confiar muito que a situação venha a melhorar em Portugal

e proporcionar um regresso, mesmo que a longo prazo.

Praticamente dois em cada três inquiridos apontam um tempo estimado de permanência fora de Portugal superior a seis anos. E apenas 20% reduzem esse período até um máximo de três anos. Ou seja, sublinham os investigadores, a maioria dos inquiridos “projeta-se numa emigração para ‘toda a vida’ no atual país de residência ou noutros países europeus (62% e 69%, respetivamente)”. E o regresso definitivo a Portugal é tido como “provável/muito provável” por uma minoria (43%).

Os resultados deste inquérito e ainda a apresentação de dois livros, feitos a partir de entrevistas biográficas a 52 emigrantes qualificados, serão discutidos numa conferência na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no próximo dia 18, intitulada “Fuga de Cérebros: a Mobilidade Académica e a Emigração Portuguesa Qualificada”.

ileiria@expresso.imprensa.pt

12 anos de bolsas e sem perspectiva de carreira

Sílvia, engenheira física, partiu para o Reino Unido em busca de estabilidade profissional; Francisco, psicólogo, sempre quis sair

Há 50 anos, perante a falta de emprego e um país que vivia em ditadura, os pais de Sílvia decidiram emigrar para França. Meio século depois, muito mudou em Portugal. No país, nas qualificações dos jovens, nas condições de vida. Mas as oportunidades parecem continuar a não chegar para todos.

“O meu pai emigrou em 1966. Tanto ele como a minha mãe tinham baixas qualificações. Mas esforçaram-se por me dar uma boa educação. Voltei para Portugal, tirei a licenciatura em Engenharia Física em Coimbra e o mestrado, doutoramento e pós-doutoramento no Instituto Superior Técnico. Infelizmente, apesar de Portugal ter apostado na minha formação, não existem oportunidades”, resume Sílvia Ramos, 38 anos e dois filhos com três e seis.

Depois de 12 anos a receber bolsas sujeitas a renovação anual, repetiu a decisão tomada antes pelos pais. “Não tinha nenhuma perspectiva de uma posição permanente em investigação e muito menos de uma carreira. Ser bolseiro não é uma carreira, sobretudo quando se está perto dos 40 anos e se tem filhos.” A oportunidade surgiu em 2013, para uma vaga no centro de investigação Diamond Light Source em Didcot, perto de Oxford, onde está instalado um acelerador de partículas. Acabou por ser a escolhida, com um contrato sem termo, possibilidade de progressão na carreira, um ordenado que lhe aumenta o rendimento em cerca de €15

mil a mais por ano, horas extra, 30 dias de férias e uma política “amiga da família”, que passa pela comparticipação da empresa com os custos da creche ou uma licença de maternidade extensível até um ano.

Os próprios custos da mudança foram suportados pelo instituto. A família juntou-se três meses depois, com o marido, engenheiro eletrotécnico, a não ter dificuldade em encontrar um novo emprego. “Por enquanto vou ficando no Reino Unido, embora não ponha de parte voltar a Portugal”, diz Sílvia.

Foi também no ano passado que Francisco Gonçalves, 27 anos, decidiu rumar a Inglaterra, para fazer o doutoramento em Criminologia e Psicologia. “Sempre tive o gosto de experimentar sair da minha zona de conforto e conhecer novas culturas e diferentes perspectivas de olhar a minha área de estudo base (Psicologia Clínica e Forense)”, reconhece. Apesar de até estar a trabalhar — dividia-se entre o Hospital de Santa Maria, um agrupamento escolar e a prisão escola de Leiria —, foi tentando a encontrar oportunidades de investigação no estrangeiro. Até que recebeu um convite “irrecusável”: uma das prestigiadas bolsas Marie Curie, para um projeto de investigação desenvolvido na Universidade de Leicester, chamado Intrepid Forensics. “Difícilmente em Portugal conseguiria uma bolsa com as condições que esta tem e com a integração num projeto de 10 bolseiros de diferentes países.”

Francisco fala por experiência própria mas também pelo conhecimento da realidade vivida pelos colegas da associação Portuguese Association of Researchers and Students in the UK (PARSUK), que conta com 1700 inscritos. “Vários colegas dizem que os investigadores portugueses que partem precisam de incentivos para voltar. Porque as condições aqui são bem melhores”. E lamenta: “É triste não ouvir mais vezes o nome de Portugal quando se fala em investigação de excelência no mundo e depois perceber que muitos dos laboratórios/centros de investigação reconhecidos têm vários portugueses a trabalhar lá. O CERN é das poucas exceções.”

EMPREGO DIPLOMADO

14,2%

dos inscritos nos centros de emprego em julho têm estudos superiores. Os diplomados são os menos afetados pelo desemprego, mas aumentaram. Em julho de 2008 não chegavam aos 10%

6%

foi a queda do rendimento salarial médio líquido dos que frequentaram o ensino superior entre o final de 2012 e de 2013, acima da redução de 1,9% para o total dos trabalhadores por conta. O salário médio de um licenciado era então de €1251

Rui Gomes Coordenador do projeto Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe

“Maioria antecipa emigração para toda a vida”

O investigador responsável pelo projeto Bradramo considera que a saída de jovens qualificados é o retrato de um país “feito por elites políticas e económicas que fracassaram”. E que os investimentos em educação feitos em Portugal estão a beneficiar países como a Alemanha ou o Reino Unido.

■ Perante os dados que recolheram é possível dizer que o país está a viver um fenómeno de “fuga de cérebros”?

■ A tendência de êxodo de competências (fuga de cérebros) prevalece sobre outras tendências que também foram detetadas, mas com uma incidência bastante menor ou residual, como a circulação de cérebros e a criação de redes internacionais entre Portugal e a diáspora portuguesa. Há vários dados que nos permitem tirar esta conclusão. Embora a emigração total tenha crescido nos últimos anos (16,8% entre o censo de 2001 e 2011), a emigração qualificada no mesmo período cresceu de forma mais intensa (87,5%). Por outro lado, a maioria dos inquiridos projeta-se numa emigração para toda a vida no atual país de residência (61,7%) ou noutro país europeu (68,9%), determinando uma perda definitiva deste capital humano. Estimamos que a perda parcial do investimento público e privado despendido na formação dos emigrantes portugueses qualificados residentes em países da OCDE atinja cerca de 8,9 mil milhões de euros.

■ É possível dizer que esta saída seria evitável com outro tipo de políticas, capazes de atenuar os efeitos da crise?

■ O projeto permitiu identificar sem qualquer dúvida o impacto negativo das políticas de restrição salarial e de redução dos estímulos ao emprego qualificado, mas não testou o efeito de políticas alternativas. Neste sentido, podemos concluir sobre o que não se deve fazer, mas não sobre o que fazer. Existem quatro políticas articuladas que se mostraram um impulso importante para a emigração qualificada: a intensa e geral desvalorização salarial; a desvalorização de alguns diplomas no sistema de emprego interno; a dificuldade de uma geração mais qualificada obter/construir desafios suficientemente estimulantes e inovadores nos contextos de trabalho em Portugal; e as políticas de promoção da emigração qualificada de países do sul desenvolvida por alguns estados europeus centrais (especialmente a Alemanha e a Noruega).

■ Mais de metade dos inquiridos disseram ser nada/pouco provável regressar definitivamente a Portugal. Este valor demonstra as baixas expectativas que têm em relação a um futuro profissional no seu país?

■ As expectativas de regresso nos países europeus em que a emigração qualificada atinge valores tão ou mais elevados que em Portugal — Grécia, Irlanda, Espanha e Itália — acompa-

nam os dados nacionais nos países em que estes dados são conhecidos. Estes movimentos migratórios seguem o mesmo percurso da restante emigração — do sul para o norte, da semiperiferia para o centro, dos países devedores para os países credores — e revelam sem qualquer dúvida uma baixa expectativa sobre as possibilidades de realização profissional em Portugal nos anos mais próximos. Há vários indicadores que o sustentam. Além de a maioria (68,9%) se projetar numa emigração para toda a vida, acresce o facto de 88% terem “procurado soluções de vida noutros países em resultado da crise económica em Portugal”, de 63,1% estarem “insatisfeitos com o estatuto socioeconómico” ou de 68,9% considerarem que “as atuais políticas de redução do Estado social não são meramente temporárias, nem tenderão a alterar-se com a melhoria da situação global”.

■ Ao pagar a formação superior a jovens que depois vão produzir noutros países, Portugal está a desperdiçar os seus recursos? Ou a emigração qualificada é algo de inevitável num mundo cada vez mais globalizado?

■ Os movimentos migratórios das pessoas qualificadas sempre existiu. O termo “brain drain” surgiu justamente no Reino Unido para caracterizar a emigração do pós-guerra para os Estados Unidos. A globalização acentuou este movimento por força da financeirização do mundo,

da mundialização das empresas e da transnacionalização da educação e da ciência. No entanto, a comparação do saldo migratório qualificado dos países do sul e do centro capitalista revelam assimetrias notáveis que beneficiam os países do centro, transferindo os investimentos em educação feitos em Portugal para países como a Alemanha ou o Reino Unido. Neste sentido, podemos dizer que o investimento é desperdiçado porque não se aproveita o seu papel reprodutivo no desenvolvimento do país em que os recursos humanos são formados.

■ O país já não consegue absorver os seus licenciados?

■ Apesar do êxodo de competências que verificámos, não podemos dizer que Portugal tem licenciados, mestres ou doutores a mais. Se comparamos as taxas de educação terciária (licenciatura ou mais) no grupo 30-34 anos verificamos que atinge 26% em Portugal, enquanto a média europeia se situa nos 37%. O que provoca o fenómeno do *brain drain* é a sobrequalificação resultante da descoincidência entre o volume de qualificações disponíveis e o volume de emprego qualificado (e com uma relação salarial adequada), num determinado momento. Mas essa descoincidência conjuntural não pode conduzir a políticas de desinvestimento no ensino superior que ponham em causa o bem maior da cidadania plena proporcionado pela educação.